

Sucessão reitoral à revelia da comunidade?

A Adusp acaba de enviar ofício à Reitoria da USP, requerendo desta que informe qual é o calendário do processo eleitoral de reitor ou reitora e respectivo(a) vice. O desastroso mandato da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que causou graves danos à instituição, aproxima-se do seu final sem que a comunidade universitária tenha ideia dos prazos relacionados ao processo sucessório indireto que determinará os nomes que sucederão os atuais reitor e vice.

O processo eleitoral vigente é profundamente oligárquico, anti-democrático ao excluir cerca de 100 mil membros da comunidade: a esmagadora maioria dos estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes da USP não tem direito a voto. Além disso 80% dos docentes estão impedidos de candidatar-se aos cargos de reitor e vice, pois apenas os professores titulares possuem tal prerrogativa.

Convém lembrar que, dada a vocação autoritária de M.A. Zago, os laços que cultivou com o empresariado, sua subserviência ao Palácio dos Bandeirantes e seu *modus operandi* (negociações sigilosas, adoção de “pacotes” sem discussão, truculência com os opositores), é bem provável que ele não só terá seus próprios candidatos, mas usará de todos os meios para impor essa chapa, capaz de dar continuidade ao projeto de “empreendedorismo universitário” hoje em curso na USP.

A reforma do Estatuto realizada no final da gestão J.G. Rodas, em 2013, restringiu-se a modernizar alguns aspectos das normas eleitorais, sem afetar seu caráter elitista. Por isso, mais uma vez, a disputa limitou-se a candidatos afinados com o campo conservador. A apresentação de candidatos a reitor, vice-reitor e dotados de um programa, mudança que sugeria um modesto porém importante avanço, não conseguiu evitar um estelionato eleitoral. Eleita, a chapa que mais falou em “diálogo” revelou-se uma completa fraude.

Manu militari. O pano de fundo dessa tragédia combinou o

virtual colapso da gestão J.G. Rodas com a recusa dos diretores de unidades, que controlam metade dos votos do Conselho Universitário (Co), a aprovar a proposta de eleições diretas e paritárias para a Reitoria, no processo de reforma do Estatuto realizado no final do segundo semestre de 2013. O resultado da postura anacrônica e obtusa desses “dirigentes” é evidente hoje, quando a USP é dirigida *manu militari* por prepostos do governador.

Diante do quadro atual, a Adusp deu início à atualização do seu Programa Mínimo para a USP, tendo como ponto de partida as propostas de democratização da universidade apresentadas no primeiro semestre de 2014, enquanto durou o processo de reforma do Estatuto coordenado pela Caeco, depois encerrado de modo abrupto e unilateral pela Reitoria. Essa atualização poderá estabelecer uma agenda, pautada por parâmetros políticos democráticos, que permita à USP superar os descompromissos e descompassos de sucessivas gestões reitorais frente ao corpo da universidade.

As três últimas gestões representaram uma escalada de ataques à democracia e à carreira docente, bem como de permissividade em relação ao “mercado”. Suely Vilela autorizou a entrada da Polícia Militar (PM), criou a progressão horizontal, tornou-se

“propagandista” do Santander, demitiu um diretor do Sintusp. J.G. Rodas inventou a Procuradoria Disciplinar, expulsou seis estudantes por questões políticas, empregou 400 homens da PM na desocupação da Reitoria, demitiu ilegalmente 270 funcionários, tolerou a criação da Faculdade FIA. Pró-reitor na gestão de J.G. Rodas, M.A. Zago parece ter aprendido muito com ele.

Não há, portanto, como fugir da constatação de que qualquer candidatura a reitor(a) que se intitule sustentável ou progressista terá de assumir compromissos que impliquem a reversão do desmonte da USP, a defesa do caráter público e gratuito da universidade e uma ampla e profunda reforma do Estatuto, que transforme a atual estrutura de poder, a começar pela democratização do processo eleitoral.

Estatuante. Em termos mais específicos, as candidaturas realmente democráticas precisam comprometer-se com a convocação de uma **Estatuante democrática, exclusiva e soberana**, que altere a composição dos colegiados de modo a garantir a paridade na representação de docentes, funcionários e estudantes, e institua mecanismo de impedimento de diretores e reitores, bem como mecanismos de combate ao conflito de interesses.

Ainda quanto à reforma do Estatuto, o compromisso deve incluir o apoio às eleições diretas e paritárias para reitor(a) e ao fim da lista tríplice, de modo que o processo eleitoral seja concluído na USP, sem a canetada final do governador.

Outras medidas necessárias, que independem da reforma do Estatuto, são:

- Reversão das restrições financeiras e administrativas adotadas contra HU, HRAC, EA, Creches, Museus e outros equipamentos;
- Reversão dos “Parâmetros de Sustentabilidade”;
- Revisão do “Estatuto Docente” e da “Nova CPA”;
- Extinção dos convênios com as fundações privadas “de apoio”;
- Denúncia dos contratos com Comunitas e McKinsey;
- Compromisso com o fortalecimento e a unidade do Cruesp;
- Denúncia do convênio com a Secretaria de Segurança Pública, retirada da PM e reorganização da Guarda Universitária.

O debate eleitoral de reitor(a) e vice precisará tratar desses temas e tópicos, ou será uma nova farsa, destinada a perpetuar os desmandos a que temos assistido. Ademais, espera-se que, desta vez, a comunidade acadêmica esteja bem mais imune a qualquer tentativa de estelionato eleitoral.

O próximo processo eleitoral precisa respeitar a comunidade.

Deliberações das assembleias gerais de 22/6/17

Assembleia ordinária:

Aprovado por unanimidade o relatório da diretoria (abril/16 a março/17). (www.adusp.org.br/2881)

Assembleia extraordinária:

- Continuidade da campanha de data-base com a perspectiva de negociar reajuste salarial no segundo semestre de 2017.

- Continuar contrapondo-se ao arrocho salarial e aos cortes de verbas baseados nos “informativos Codage”, fornecendo dados e análises sobre a crise de financiamento da USP, como por exemplo a apresentação feita durante a assembleia (www.adusp.org.br/2884).

- Atualização do **Programa Mínimo da Adusp**

para a USP, tendo em vista fomentar o debate em torno da sucessão reitoral.

- Participação do **Ato pelo financiamento adequado das universidades** (LDO) em 28/6 às 14 horas, na Alesp (teremos ônibus saindo do campus Butantã e da EACH).

- Continuar realizando atividades regulares denunciando a precariedade do financiamento da USP, em especial no que se refere ao quadro de pessoal (docentes e técnico-administrativos).

- Apoio e participação do movimento pela instauração de cotas raciais na USP.

- Paralisação e participação na **Greve Geral** em 30/6

- Aprovação da delegação para o 62º Conad (um delegado e dois observadores).

Financiamento de USP, Unesp e Unicamp não acompanhou a expansão das universidades

Nos últimos anos, o Conselho de Reitores (Cruesp) busca justificar suas sucessivas propostas de arrocho salarial para servidores docentes e funcionários técnico-administrativos alegando que as três universidades públicas paulistas comprometem mais de 100% de seu orçamento com a folha de pagamentos salariais. Além de escamotear o peso do pagamento de aposentadorias e pensões na folha de pagamentos, esta afirmação esconde o real motivo das dificuldades orçamentárias: o financiamento insuficiente das universidades.

A origem da crise de financiamento pode ser traçada desde quando o governador Orestes Quércia (PMDB) assinou o Decreto 29.598/1989, que regulamentou o financiamento das universidades estaduais paulistas (chamado, por isso, de “decreto da autonomia”). Na época, destinava-se anualmente às universidades o correspondente a 11,6% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE).

Após o decreto do governador, o montante repassado caiu para 8,4% do ICMS-QPE, porém, depois da pressão da comunidade universitária, houve um aumento, em 1992, para 9% e, em 1995, para os atuais 9,57%. Por isso, ao reivindicar um aumento do repasse para 11,6% do ICMS-QPE, o Fórum das Seis apenas pleiteia a mesma proporção vigente antes da regulamentação da autonomia financeira.

Embora o repasse de ICMS-QPE esteja estacionado nos 9,57%, as três universidades públicas paulistas viveram um grande processo de expansão desde a virada dos anos 2000. A criação de cursos, unidades de ensino e às vezes de um *campus* inteiro acarreta o aumento da estrutura física (construção de prédios, laboratórios, vias de acesso etc.) e a contratação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos. Portanto, há um aumento correspondente das despesas da universidade com manutenção, salários e verbas de permanência estudantil.

Exemplo disso é a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), ou “USP Leste”, em 2005. De acordo com o Anuário Estatístico da USP, a EACH possuía, dez anos depois, 4.886 estudantes de graduação, 575 de pós-gradua-

ção, 204 funcionários e 274 docentes. Embora interessasse ao governador Geraldo Alckmin (PSDB), por razões eleitorais, a rápida construção do novo *campus* (o que resultou em uma série de problemas para quem iria trabalhar e estudar ali), a USP não foi compensada com a devida contrapartida em repasses financeiros.

Promessas. Quando a Faculdade de Engenharia Química de Lorena (Faenquil) foi incorporada à USP, em 2006, tornando-se a Escola de Engenharia de Lorena (EEL), o governador Alckmin prometeu um repasse adicional de 0,07% no ICMS-QPE para a universidade, o que nunca aconteceu. Também foi prometido um aumento de 0,05% do repasse para a Unicamp, no momento da criação do *campus* de Limeira, promessa igualmente descumprida. O mesmo aconteceu com a Unesp, que passou por um processo de criação de oito novos *campi* desde 2002.

A importância e as dimensões da expansão podem ser aferidas pelo aumento do número de cursos oferecidos e estudantes matriculados nas três universidades. O total de cursos de graduação da USP e Unesp, por exemplo, mais do que dobrou entre 1995 e 2016: na Unesp cresceu de 80 para 173, e na USP de 132 para 279. USP, Unesp e Unicamp registraram enorme aumento do número de estudantes de graduação matriculados, que cresceu, respectivamente, 75,7%, 103,7% e 96%.

Além da estagnação da porcentagem repassada do ICMS-QPE, o financiamento insuficiente das universidades é agravado por manobras contábeis do Tesouro Estadual no cálculo do repasse. O governo desconta da base de cál-

culo, que deveria ser o total do ICMS-QPE arrecadado, rubricas como Habitação, dívida ativa, multas e juros de mora. Desse modo, na prática as universidades recebem menos do que os 9,57% a que fazem jus.

Só entre 2014 e 2016, esses descontos indevidos na base de cálculo resultaram na subtração de cerca de R\$ 1 bilhão do montante a ser repassado às três universidades. É importante apontar que nenhum destes descontos é aplicado no cálculo dos 25% do ICMS destinados aos municípios paulistas (ICMS-QPM). Para corrigir essa distorção, o Fórum das Seis apresenta anualmente a proposta de inserir, após o índice de repasse, a expressão “do total do produto do ICMS-QPE” à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Atualmente o Fórum das Seis reivindica a destinação de, no mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE, acrescido dos percentuais devidos em função da anexação de Lorena (0,07%), da criação da FCA-Unicamp em Limeira (0,05%) e, no caso da expansão da Unesp, em vista da abertura de unidades em Itapeva, Sorocaba, Ourinhos, Registro, Tupã, Rosana, Dracena e São João da Boa Vista, e de novos cursos de engenharia em diferentes locais, do aporte efetivo de recursos adequados para tal (confira o item III da Pauta Unificada, em <http://bit.ly/2tSIUHy>).

Cruesp quer 9,95%. Há semanas, o próprio Cruesp elaborou uma emenda à LDO 2018, incorporada por deputados da base governista, na qual propõe que o repasse às universidades públicas estaduais seja ampliado de 9,57% para 9,95% do “total do produto” do ICMS-QPE. O que mostra a) que os reitores reconhecem que o fi-

nanciamento atual é insuficiente e b) que eles sabem que o governo estadual tem “maquiado” o cálculo do repasse.

Outro fator que piora a crise de financiamento é o descumprimento, por parte do governo estadual, da lei 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SP-PREV). “O Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”, define a lei. Ou seja: cabe-lhe cobrir “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”.

Ao não cumprir a obrigação de complementar o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores docentes e técnico-administrativos, atualmente onera o governo onerou as universidades em 19,6% do repasse oriundo do ICMS. O GT Previdência das Universidades Paulistas, composto por representantes do Fórum das Seis e do Cruesp, faz o prognóstico de que até 2026 a insuficiência financeira deverá tomar cerca de 30% do ICMS-QPE destinado às três universidades, o equivalente a R\$ 3 bilhões em valores atuais.

Segundo o relatório final do GT Previdência, “mantida a atual política que atribui às três universidades a responsabilidade pelo pagamento de aposentados e pensionistas, isso pode inevitavelmente indicar um obstáculo à manutenção da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nelas realizadas”.

Não se trata de reivindicar a saída dos aposentados e pensionistas da folha de pagamento da USP, mas exigir que o Tesouro do Estado arque com as despesas da previdência, repassando mais verbas para as universidades.

ATO NA ALESP em 28/6!

O financiamento depende também de você!

Nos próximos dias a Assembleia Legislativa (Alesp) deve definir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018), que inclui os recursos destinados à USP, Unesp e Unicamp. É muito importante que nossas propostas sejam contempladas (leia aqui <http://bit.ly/2rZc4Uo> e aqui <http://bit.ly/2suATuU>), mas isto depende da pressão que consigamos realizar sobre o Executivo e o Legislativo.

O Fórum das Seis promoverá um Ato Público no Auditório Franco Montoro, da Alesp, em 28/6, quarta-feira, a partir das 14h.

Haverá ônibus saindo do *campus* Butantã (12h15 na Adusp) e também do *campus* da EACH (11h45).

Sua participação é muito importante!

A uma quadra do Sintusp, PM detém e algema funcionário da USP por “desacato”

Na esteira dos recorrentes casos de violência policial dentro do *campus* Butantã, como a repressão aos atos dos dias 7/3 e 28/4, o contingente da Polícia Militar encarregado do patrulhamento “comunitário” Koban protagonizou mais uma cena de intimidação ao funcionalismo da USP e ao movimento sindical.

Na manhã de 14/6, Zelito Souza dos Santos, funcionário do Centro de Práticas Esportivas (CEPE-USP) e ex-diretor do Sintusp, voltava de seu almoço quando foi interpelado por policiais militares ao passar pelo portão que liga a comunidade São Remo à Cidade Universitária. O local dista pouco mais de 100 metros das sedes da Adusp e do Sintusp. No dia anterior, segundo o funcionário, policiais que estavam no mesmo portão já haviam chamado sua atenção por ele não ter girado a catraca que controla o acesso.

Zelito foi detido sob a alegação de “desacato” porque, instado a exhibir sua carteira de identidade, recusou-se a fornecê-la. “Falei [para os policiais]: ‘Por que vocês querem meu documento? Trabalho aqui na USP, estou uniformizado, com calça e camisa da unidade, estou no meu local de trabalho’”, relatou o funcionário à reportagem do *Informativo Adusp*, em 22/6.

Crime. “Eu pedi uma justificativa para aquela atitude. A policial me respondeu que só por eu me recusar já estava incorrendo em crime. Eu respondi que, se não iriam me dar uma justificativa, então eu iria embora, porque estava em serviço e não sou nenhum bandido”. Em resposta, o funcionário foi algemado. Cerca de 10 policiais foram mobilizados para acompanhar a ação, incluindo o comandante do Koban, tenente Teles.

Zelito foi levado de camburão ao Pronto Socorro da Lapa para fazer exame de corpo de delito e, depois, ao 93º Distrito Policial, onde foi registrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência antes de o funcionário ser liberado. “Depois que a gente começa a digerir os fatos, é humilhante. Nós criamos nossos filhos, fizemos de tudo para eles não viverem uma situação dessa e hoje eu me vejo nessa situação. É horrível”, diz Zelito.

“Nós tivemos uma luta para que a polícia não entrasse nem permanesse [no *campus*]. É a tal da tragédia anunciada. Mas eu não achava que ia passar por uma



Fotos: Sintusp

situação dessa. Em uma manifestação a gente já espera esse tipo de coisa. Mas no momento de fazer uma refeição, voltando com horário apertado, é difícil aceitar.”

Provocações. Na delegacia, os dirigentes do Sintusp que aguardavam a liberação de Zelito sofreram provocações dos PMs do patrulhamento comunitário. Segundo Claudionor Brandão, diretor do sindicato, que estava presente na delegacia, Teles e outro policial fizeram declarações como “essa gatinha acha que tem imunidade parlamentar” e “nesse país ninguém gosta de vagabundo sindicalista”. Outro diretor do Sintusp, Pablito, chegou a ser ameaçado porque filmava a cena.

“Está mais do que claro que o papel desses caras [PMs] aqui dentro é de repressão política, é para assegurar as condições para a burocracia acadêmica implantar os seus projetos absurdos”, diz Brandão. A seu ver, a detenção de Zelito se soma a outros casos de intimidação do movimento dos trabalhadores da USP e vigilância policial abusiva.

“Se a polícia está aqui para proteger patrimônio e as pessoas dentro da USP, por que o tenente

estaria com um grupo de militares fora do *campus* acompanhando um protesto? Ontem [20/6], militantes do Sintusp estavam fazendo panfletagem para a próxima greve geral no metrô Butantã e quem estava lá? Teles. O que tem a ver uma panfletagem no metrô com a proteção do patrimônio da USP?”, questiona Brandão.

Moção de repúdio. O Fórum das Seis elaborou e enviou à Reitoria da USP, em 14/6, moção de repúdio à ação da PM: “O Fórum das Seis, que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e do Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido nesta data, vem a público denunciar o que segue. Mais uma vez, a Polícia Militar, que ocupa a USP com o beneplácito da Reitoria, intimida trabalhadores da instituição. Não bastassem as denúncias de ameaças e abordagens desrespeitosas,



Após algumas horas, Zelito deixa o 93º DP

hoje o servidor técnico-administrativo Zelito Souza dos Santos, diretor de base do Sintusp, foi algemado e conduzido ao 93º DP, sem que tivesse praticado qualquer ato que justificasse esta arbitrariedade. O Fórum das Seis manifesta seu mais veemente repúdio a esta ação da PM, que avilta o estado democrático de direito e constitui-se numa intervenção indevida no interior da universidade. Chega de truculência policial.”

FUNDO DE SOLIDARIEDADE

Participe da campanha do ANDES-SN em solidariedade aos docentes das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ, Uenf e Uezo). Junto a mais de 200 mil servidores do estado, os docentes estão sem receber salário há meses e sem o 13º do ano passado.

Contra os ataques do governo. Fora Pezão!



Doações, de qualquer valor:

Banco do Brasil

Agência: Postalis 2883-5

Conta Corrente: 403727-8

CNPJ do ANDES-SN: 000676296/0001-65

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Em virtude da situação precária pela qual atravessam nossos colegas do Rio de Janeiro, até hoje sem receber o 13º salário de 2016, recebendo em atraso e parceladamente, resistindo a péssimas condições de trabalho, situação provocada por cortes orçamentários e falta de repasses de recursos, o Andes Sindicato Nacional e a Adusp conclamam a todos a ajudar os colegas fluminenses.

30/6: Greve Geral contra as reformas

As principais centrais sindicais do país estão convocando suas bases para um novo dia de Greve Geral contra as reformas trabalhista e previdenciária, marcado para sexta-feira, 30/6. O dia de luta sucede o histórico ato de 24/5, que reuniu mais de 100 mil pessoas em Brasília e fez o governo de Michel Temer convocar as Forças Armadas para reprimir o protesto. A última Greve Geral, realizada no dia 28/4, foi considerada a maior paralisação da história do Brasil.

A mobilização acontece em um momento crítico para o governo Temer, acuado não só pelo descontentamento popular mas também por gravíssimas acusações de corrupção no âmbito da Operação Lava Jato e pelo possível rompimento de parte de sua base aliada. No dia 20/6, Temer sofreu uma contundente derrota no Senado, quando o projeto de reforma trabalhista (PLC 38/2017) foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais por 10 votos a 9, graças aos votos não só dos senadores do PT, PCdoB, Rede e PSB, mas também de senadores de partidos governistas: PSDB, PSD e PMDB. O projeto, entretanto, segue em tramitação e deve ser votado pelo plenário do Senado no começo de julho.

Desde o dia 20/6, as centrais sindicais (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Intersindical, CSB e A Pública – Central do Servidor), em conjunto com sindicatos de base e movimentos sociais, têm organizado uma semana de panfletagens e atos locais para divulgar a próxima Greve Geral e mobilizar os trabalhadores de diversos segmentos.

Participação. Diversas categorias já aprovaram sua participação no dia 30/6, como é o caso dos docentes e funcionários da USP. Os sindicatos de metalúrgicos do ABC e de São José dos Campos também convocam a paralisação, que está sendo referendada por assembleias de base. Já os metroviários de São Paulo aprovaram indicativo de paralisação, seguindo a deliberação da plenária nacional do setor de transportes.

Apesar da crescente mobilização, a revista *Época* noticiou no dia 22/6 que as centrais UGT e Força Sindical haviam desistido da Greve Geral. No mesmo dia as centrais desmentiram a revista. Em nota, a UGT classificou o evento como *fake news*. Entretanto, no dia seguinte, a Força Sindical e o

Sindicato dos Motoristas de São Paulo defenderam publicamente o adiamento da paralisação, alegando a necessidade de negociação com o governo Temer. Outras centrais, como a CUT e a CSP-Conlutas, afirmam que a paralisação será mantida, mesmo sem o apoio da Força Sindical.

No momento do fechamento deste *Informativo Adusp*, no dia 23/6, as centrais sindicais reuniam-se para decidir e divulgar o calendário de lutas da semana do dia 30/6.



Congregação da EEFE rejeita recurso de professor

Recurso do professor Bruno Gualano contra decisão do Conselho do Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano — que recusou, em 9/2 e novamente em 6/4, seu pedido de transferência para a Faculdade de Medicina (FM) — foi denegado em 9/6 pela Congregação da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE). Agora, o docente pretende recorrer ao Conselho Universitário (Co).

Em razão de denúncias de irregularidades que encaminhou em 2015 à própria USP e, posteriormente, ao Ministério Público (MPE-SP), as quais envolvem o suplente da chefia daquele departamento, o professor Gualano vem sendo alvo de hostilidades que levaram-no a pedir transferência para outra unidade, no caso a FM, cujo Departamento de Clínica Médica deu aval à solicitação. No entanto, o Departamento de Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano da EEFE

alegou que há “disciplinas descobertas”, que “não é interesse disponibilizar o docente”, que ele “como docente, é muito importante” e que portanto não pode ser liberado.

A chefe do departamento, professora Edilamar Menezes, sustentou na Congregação que “a transferência sem permuta implica a perda de um docente”, e ao responder à pergunta de um dos membros do colegiado sobre “qual fato novo foi apresentado no pedido do interessado”, afirmou que “não foi apresentado fato novo”. O professor Valmor Tricoli, diretor da EEFE, alegou que “há atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa que ficariam descobertas se abríssimos mão de um docente [...] seria um contrassenso liberar um docente se hoje a situação já é precária”. O recurso foi rejeitado por 18 votos, com uma única abstenção, do professor Hamilton Roschel.

Depreende-se da leitura da ata

da reunião de 9/6 que a Congregação não procedeu à leitura e discussão do recurso apresentado por Gualano. Portanto, não houve oportunidade de contraditório em relação à manifestação da chefe do departamento de que não há “fato novo” no recurso. Sequer houve discussão das questões de mérito apontadas no documento.

Na mesma reunião, a solicitação de um professor titular para exercer consultoria remunerada ao Hospital Sírio Libanês, particular, e o relatório de afastamento do professor Herbert Lancha Jr. para uma viagem à França foram aprovados por unanimidade pela Congregação. O relatório de Lancha Jr., suplente da chefia do Departamento, recebeu parecer favorável do professor Alberto Carlos Amadio, ex-chefe de Gabinete da Reitoria (gestões Suely Vilela e J.G. Rodas). A viagem à França, custeada com recursos da Fapesp, é objeto de investigação pelo MPE-SP.

Posse da nova diretoria da Adusp

Quinta-feira, 29 de junho de 2017
17h, no auditório da História (FFLCH)

Diretoria eleita para o biênio 2017-2019

Presidente Rodrigo Ricupero
Primeiro vice-presidente Ivã Gurgel
Segunda vice-presidente Michele Schultz
Primeira secretária Ana Luiza da Costa
Segundo secretário Claudio Alvarenga

Primeiro tesoureiro Waldir Beividas
Segunda tesoureira Lilian Gregory
Diretor Regional de Piracicaba Marcos Sorrentino
Diretora Reg. de Ribeirão Preto Annie Schmaltz Hsiou
Diretor Regional de Bauru Eliel Orenha